

RESOLUÇÃO Nº 29/2007
(Publicada no Diário Oficial de 24/10/2007)

Ver Resolução nº 105/13, que determina que os efeitos da Resolução nº 155/10, passem a vigorar a partir do término do prazo de vigência desta Resolução, que habilitou a AMBEV, aos benefícios do DESENVOLVE, mantidos o prazo final de fruição e demais condições da mesma.

Ver Resolução nº 172/13, que alterou a Titularidade da empresa.

Ver a Resolução 52/2020, DOE 14/10/2020, que prorrogou por mais 5 (cinco) meses, o prazo de fruição dos benefícios concedidos, a partir de 01/11/2020.

Habilita a COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV aos benefícios do DESENVOLVE.

O CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVE, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei nº 7.980, de 12 de dezembro de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 8.205, de 03 de abril de 2002 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Considerar habilitado ao Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, o projeto de ampliação da COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV S/A, CNPJ nº 07.526.557/0015-05 e IE nº 110.250.399NO, localizado no município de Camaçari, neste Estado, para produzir cervejas e refrigerantes, sendo-lhe concedido os seguintes benefícios:

Nota: A redação atual do art. 1º foi dada pela Resolução nº 172, de 17/12/13, DOE de 28 e 29/12/13, e republicada no DOE de 16/01/14, efeitos a partir de 02/01/14.

Redação originária:

"Art. 1º Considerar habilitado ao Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, o projeto de ampliação da COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV, CNPJ nº. 02.808.708/0058-34, localizado no município de Camaçari, neste Estado, para produzir cervejas e refrigerantes, sendo-lhe concedido os seguintes benefícios:"

I - diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, nas importações e nas aquisições neste Estado e em outra unidade da Federação, relativamente ao diferencial de alíquotas, de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer sua desincorporação e;

II - dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses para pagamento do saldo devedor do ICMS, relativo às operações próprias, gerado em razão dos investimentos previstos no projeto incentivado, conforme estabelecido na Classe I para cervejas e Classe II para refrigerantes, da Tabela I, anexa ao Regulamento do DESENVOLVE.

Art. 2º Fixar a parcela do saldo devedor mensal do ICMS passível do incentivo, em o que exceder a R\$ 1.466.119,58 (um milhão, quatrocentos e sessenta e seis mil, cento e dezenove reais e cinquenta e oito centavos), para o período de março a agosto e R\$ 1.714.917,97 (um milhão, setecentos e quatorze mil, novecentos e dezessete reais e noventa e sete centavos), para o período de setembro a fevereiro), para a produção de cervejas e a R\$ 696.810,05 (seiscentos e noventa e seis mil, oitocentos e dez reais e cinco centavos), para o período de março a agosto e R\$ 742.999,86 (setecentos e quarenta e dois mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta e seis centavos), para o período de setembro a fevereiro, para a produção de refrigerantes, corrigido este valor a cada 12 (doze) meses, pela variação do IGP-M.

Art. 3º Conceder prazo de 12 (doze) anos para fruição dos benefícios, contado a

partir do 1º dia do mês subsequente à publicação desta Resolução no Diário Oficial do Estado.

Art. 4º Sobre cada parcela do ICMS com prazo de pagamento dilatado, incidirá taxa de juros da TJLP ao ano ou outra que venha substituí-la, de acordo com a Tabela II, anexa ao Regulamento.

Art. 5º A empresa deverá assinar contrato de obrigações mútuas e recíprocas e outras avenças com o Estado da Bahia.

Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 10 de outubro de 2007.

RAFAEL AMOEDO AMOEDO

Presidente